



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO Nº 70005696315 – TRIBUNAL PLENO

CLASSE: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

VINCULADO: 50979

PROPONENTE: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

REQUERIDOS: PREFEITO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES DE CAMAQUÃ

RELATOR: DES. ANTÔNIO JANYR DALL AGNOL JÚNIOR

MANIFESTAÇÃO FINAL

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Sr. **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico local da expressão “*e supermercados*” constante do art. 85, § 2º, I, da Lei nº 509/79 de Camaquã, RS, acrescido pela Lei nº 001/98 do mesmo Município.

O ataque ao dispositivo da lei municipal em comento assenta-se na violação ao artigo 8º da Constituição Estadual combinado com o art. 22, I, da Constituição Federal.

Os requeridos foram notificados, tendo transcorrido o prazo sem qualquer manifestação nos presentes autos.

Citada, a Sra. Procuradora-Geral do Estado manifestou-se no sentido de estar a estipulação de horário de funcionamento de comércio inserta nos interesses locais do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

Município. Colaciona decisões do Supremo Tribunal Federal. Requer, ao final, a improcedência da presente ADIn.

Os autos vieram ao Ministério Público, para manifestação final.

2. Não há dúvida, realmente, de que constitui matéria de interesse local a fixação de horário de funcionamento do comércio. Portanto, é assunto que diz respeito à competência legislativa municipal, desde que se observem também as leis estaduais e federais. Esse é o entendimento, inclusive, do STF (RE 174.645/SP, 2ª Turma, rel. Min. Maurício Correa, DJU 27/02/98, pág. 18).

Feita esta necessária observação, há que distinguir-se em que situação o legislador municipal dispôs, sem competência legislativa, sobre direito do comércio regulado por legislação federal e, de outro lado, simplesmente tratou de tema de interesse local, derivado do poder de polícia, qual seja, o regramento do horário do funcionamento do comércio local.

Assim, a expressão impugnada ("*e supermercados*") atinge matéria regulada pela legislação nacional (Lei nº 605/49 e Decreto nº 27.048/49), não podendo o Município fixar dias para abertura de estabelecimentos comerciais alternativos ao disposto na legislação supracitada. Todo o restante do artigo em questão não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, porque não trata do funcionamento dos mercados em domingos e feriados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

Com efeito, a competência legislativa municipal para dispor sobre o horário de funcionamento do comércio local decorre de literal determinação do artigo 13, II, da Constituição Estadual.

Porém, quando o legislador municipal **condiciona** a abertura de estabelecimentos comerciais já recepcionados por lei federal (mercados, independentemente do tamanho e dos gêneros comercializados), a **lei municipal** está imiscuindo-se, manifestamente, em assunto de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Extravasando de sua competência legislativa e invadindo aquela da União, o legislador municipal viola o artigo 8º da Constituição Estadual.

Isso porque as regras concernentes a **processo legislativo** são **princípios constitucionais de observância obrigatória pelos entes municipais**.

Como se sabe, "a teor do disposto nos arts. 8º e 10 da Carta Estadual, os princípios da separação dos poderes e o da competência são gerais, de estrita observância em todos os níveis, isto é, federal, estadual e municipal. A simetria é inafastável, pois se a unidade política, que é o Estado, não pode conflitar com o ordenamento jurídico fundamental, idêntico procedimento é exigível dos Municípios quanto à iniciativa do processo legislativo e demais princípios consagrados em ambas as Constituições" (RJTJRGs 167/178).

Os argumentos apresentados pela Sra. Procuradora-Geral do Estado não são suficientes para afastar a invasão de competência legislativa, uma vez que concernem à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

questão de *estabelecimento de horários para funcionamento do comércio*, matéria de reconhecido interesse do município – como indicado na inicial -.

O ponto questionado pelo proponente diz respeito à *submissão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais caracterizados como **mercados** à Lei Municipal*, quando esta específica matéria já foi regulamentada por lei federal.

Com efeito, o texto do ato normativo federal é claro, ao, expressamente, autorizar os mercados (e por mercados entende-se supermercados e hipermercados) a abrirem suas portas em dias de repouso, impedindo, assim, que a lei municipal disponha de modo diverso.

Esse entendimento já foi sufragado pelo Superior Tribunal de Justiça, intérprete insuperável da legislação infraconstitucional federal, conforme se vê da emente abaixo reproduzida:

"SUPERMERCADOS. FUNCIONAMENTO. DOMINGOS E FERIADOS.

É legal o funcionamento dos supermercados aos domingos e feriados, pois trata-se de estabelecimentos que, por suas condições especiais de funcionamento, estão autorizados pelo Dec. n. 27.048/49 e pela Lei n. 605/49, sem ferir a garantia constitucional da municipalidade. Precedentes citados: REsp 256.883-RS, DJ 12/3/2001; REsp 94.559-BA, DJ 7/10/1996, e REsp 297.258-RN, DJ 13/8/2001. [REsp 239.281-AL, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 21/8/2001 (v. Informativo n. 34)]."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

É, assim, de reconhecer-se a existência de inconstitucionalidade da expressão atacada.

3. Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público pela procedência da ação, a fim de que se declare a inconstitucionalidade da expressão "e supermercados" constante do art. 85, § 2º, I, da Lei nº 509/79 de Camaquã, RS, acrescido pela Lei nº 001/98 do mesmo Município.

Porto Alegre, 03 de abril de 2003.

CLÁUDIO BARROS SILVA,

Procurador-Geral de Justiça.

BHJ/CMM/ARG

SUBJUR 17717/02